



ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS: APROXIMAÇÕES E LACUNAS PEDAGÓGICAS COM A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

FULL-TIME HIGH SCHOOL IN THE STATE OF MINAS GERAIS: APPROACHES AND PEDAGOGICAL GAPS WITH NON-FORMAL EDUCATION

ESCUELA SECUNDARIA DE TIEMPO COMPLETO EN EL ESTADO DE MINAS GERAIS: ENFOQUES Y BRECHAS PEDAGÓGICAS CON LA EDUCACIÓN NO FORMAL

Bruno Inácio da Silva Pires

E-mail: brunoinacio2005@hotmail.com

Monica Izilda da Silva

E-mail: monica.silva@educacao.mg.gov.br

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

RESUMO

O presente artigo é resultado de reflexões realizadas na disciplina eletiva do curso de doutorado em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), denominada Tempos Escolares e a Jornada Escolar em Análise. Parente (2016) reflete que para analisar política pública em especial de Educação Integral é necessário perpassar pela diversidade, levando em consideração os seus diferentes contextos carregados de memórias e manifestações na construção das suas concepções. O desenvolvimento da pesquisa teve como foco de análise a política de educação integral do Estado de Minas Gerais, a partir de busca exploratória nos Planos de Estudos Tutorados das turmas de Ensino Médio de Tempo Integral, popularmente conhecido como PET, mecanismo adotado para o estudo não presencial, em decorrência da pandemia de Covid-19. Tal perspectiva foi analisada na ótica da Educação Não Formal. Para entender a política atual do Estado de Minas Gerais, foi necessário realizar pesquisas bibliográficas acerca da historicidade que desenhou a implantação da Política Estadual de Educação Integral, considerando os seus efeitos e contornos específicos. Não se busca uma escolarização dos espaços de Educação Não Formal, mas sim segundo referências que embasam nossos conceitos, de metodologias que permitam que o aluno se aproprie de tais espaços e estabeleça com eles a relação e o desenvolvimento de habilidades.

Palavras Chave: Educação Integral. Educação Não Formal. Política.

ABSTRACT

This article result of reflections carried out during the Elective Course at Universidade Estadual Paulista (UNESP) Tempos Escolares e a Jornada Escolar em Análise. Parente (2016) reflects that to analyze public policy, especially Integral Education, it is necessary to go through diversity, considering their different contexts loaded with memories and manifestations in constructing their conceptions. The development of the research focused on the analysis of the integral education policy of the State of Minas Gerais, based on an exploratory search in the Tutored Study Plans of the Full-Time High School classes, popularly known as PET, the mechanism adopted for the study not in person, due to the Covid-19 pandemic. This perspective was analyzed from the standpoint of Non-Formal Education. To understand the current policy of the State of Minas Gerais, it was necessary to carry out bibliographic research about the historicity that designed the implementation of the State Policy for Integral Education, considering its effects and specific contours. We do not seek schooling in Non-Formal Education spaces. Still, according to references that support our concepts, methodologies allow the student to take ownership of such areas and establish the relationship and development of skills with them.

KEYWORDS: Integral Education. Non-Formal Education. Policy.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de reflexiones realizadas durante la Disciplina Electiva-Universidad Estadual Paulista (UNESP)-Tiempos Escolares y la Jornada Escolar en Análisis. Parente (2016) refleja que para analizar las políticas públicas, en especial la Educación Integral, es necesario transitar por la diversidad, teniendo en cuenta sus diferentes contextos cargados de memorias y manifestaciones en la construcción de sus concepciones. El desarrollo de la investigación se centró en el análisis de la política de educación integral del Estado de Minas Gerais, a partir de una búsqueda exploratoria en los Planes de Estudio Tutelados de las clases de Enseñanza Media de Tiempo Completo, conocido popularmente como PET, mecanismo adoptado para la estudio no presencial, debido a la pandemia del Covid-19. Esta perspectiva fue analizada desde la perspectiva de la Educación No Formal. Para comprender la política actual del Estado de Minas Gerais, fue necesario realizar una investigación bibliográfica sobre la historicidad que diseñó la implementación de la Política Estatal de Educación Integral, considerando sus efectos y contornos específicos. No buscamos una escolarización de los espacios de Educación No Formal, sino según referentes que sustenten nuestros conceptos, metodologías que permitan al estudiante apropiarse de dichos espacios y establecer con ellos la relación y el desarrollo de competencias.

PALABRAS CLAVE: *Educación Integral. Educación no formal. Política.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “Ensino Médio em Tempo Integral do estado de Minas Gerais: aproximações e lacunas pedagógicas com a Educação Não Formal” tem como objetivo analisar os Planos de Ensino Tutorados (PET’s) e seus possíveis alinhamentos com a Educação Não Formal, mais especificamente, os museus.

O presente artigo é resultado de reflexões realizadas na disciplina eletiva do curso de doutorado em Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), denominada Tempos Escolares e a Jornada Escolar em Análise.

Para analisar política pública, em especial de Educação Integral, é necessário perpassar pela diversidade, levando em consideração os seus diferentes contextos carregados de memórias e manifestações na construção das suas concepções.

No Brasil, no final do século XVIII, foram registrados dois movimentos relevantes que nos levam a conceber como os tempos na escola foram se constituindo ao longo da história. Segundo Veiga (2007), um movimento foi demarcado pela preocupação com a educação física, intelectual e moral das crianças da classe dominante, que sempre frequentaram uma escola de tempo integral, principalmente quando consideramos os internatos, os grandes colégios da República, coordenados por ordens religiosas ou por empresários laicos.

No entanto, as crianças com situações econômicas menos favorecidas, representaram o segundo movimento, considerando que foram alvos de políticas estatais, fundamentado na preocupação dos tempos ociosos das crianças e um possível desencadeamento de uma

população mendiga e marginal. Para esse segundo movimento ou, ainda, para os estudantes pobres, a política tinha como princípio uma educação voltada para o mercado de trabalho.

Ao longo da história foram se constituindo para um mesmo termo “Educação Integral” diferentes concepções e, por vezes, até desconstruídas, registrando lacunas que persistem até os dias atuais quanto a sua concepção e entendimento, “sendo apontada como alternativa a distintos problemas, embora muitas vezes seja uma solução em busca de um problema específico enfrentar” (PARENTE, 2018, p. 424).

O cenário do Século XIX foi influenciado por anarquistas que defendiam uma Educação Integral autônoma, com ampla liberdade dos sujeitos frente ao Estado e às Instituições, e por Integralistas, na defesa do cumprimento dos deveres diante da família, da Pátria e da Igreja Católica, baseando-se na cientificidade a importância desses cuidados e das concepções pedagógicas (VEIGA, 2007).

A temática da Educação Integral perpetuou nas agendas políticas ao longo do Século XX, ora com mais intensidade, ora com menos atenção. Foi nessa mesma época que as escolas receberam um número significativo de estudantes, surgindo a partir desses tantos estudantes que chegaram às escolas os chamados turnos escolares, que mantiveram conexão direta com jornada escolar, por se relacionarem diretamente com o tempo do estudante na escola, considerando a carga horária e a escolarização obrigatória, conforme ressalta Parente (2020, p.3), em via de regra, “ampliar a jornada escolar significa programar políticas de eliminação dos turnos escolares, de forma parcial ou total”.

REFERENCIAL TEÓRICO

Parente (2020) faz considerações importantes acerca da necessidade que muitos dos países se viram para a organização dos turnos, entre elas a:

(...)garantia da universalização e da democratização da educação– alguns dos quais tiveram a opção de investir em infraestrutura e não o fizeram - o fato é que a sua manutenção, em grande medida, produz limites às políticas de ampliação da jornada escolar, à oferta de atividades extracurriculares e ao trabalho docente, aspectos que atuam como variáveis (embora não únicas) da qualidade da educação escolar e da formação integral de crianças, adolescentes e jovens em idade de escolarização obrigatória. Justamente por isso, em diversos países, formular políticas de ampliação da jornada escolar significa eliminar os turnos escolares, o primeiro desafio para a implementação de uma jornada escolar ampliada ou de dia completo (PARENTE, 2020, p. 3).

Em especial após 1950, os turnos escolares se tornaram uma realidade necessária, mesmo para as escolas da elite. Entretanto, os estudantes das escolas desse meio social mais favorecido, mesmo frequentando uma escola organizada em turnos, recebiam no extra turno formação complementar dentro da escola e também em outros espaços “culturais, esportivos e científicos” (GIOLO, 2012, p.94).

A partir dos anos 2000, projetos, discussões e pautas em torno da Educação Integral ganharam destaque no cenário educacional. De lá para cá, os diferentes governos que transitaram e atuaram nessas esferas desenharam nos seus programas de governo a defesa de uma Educação Integral em Tempo Integral, porém de forma controversa. Cavaliere(2009) dialoga com Parente(2016) quando ressaltam a importância da reflexão em torno da ampliação do tempo diário de permanência dos estudantes nas escolas merecerem análises distintas.

Educação de Tempo Integral não é sinônimo de Educação Integral. A ampliação do tempo diário dos estudantes na escola não significa que, necessariamente, esses estudantes estarão vivendo uma experiência de Educação Integral.

Cavaliere (2007, p. 1029) ainda nos alerta quanto à importância de se pensar a Educação Integral multisetorial, em redes, na defesa de um trabalho interligado do Estado com outros setores de preferência “não governamentais”, podendo assim alcançar uma “educação de qualidade”.

Em Minas Gerais, a proposta governamental de ampliação do tempo escolar iniciou-se 2003, enquanto texto, como um subprojeto do Projeto “Escola Viva, Comunidade Ativa” (EVCA). O subprojeto, denominado “Aluno de Tempo Integral”, efetivou-se em algumas escolas no ano de 2005 e foi destinado aos estudantes do Ensino Médio público de Minas Gerais, organizado em dois turnos: manhã e tarde, com uma jornada de nove horas diárias e carga horária semanal de 45 aulas, voltado para o apoio às comunidades escolares localizadas em áreas com índices expressivos de vulnerabilidade social, por meio da realização de atividades viabilizadores da ampliação da cidadania. Com esse projeto, buscava-se o envolvimento e a participação da comunidade local e escolar em experiências culturais, artísticas, esportivos e recreativos (SEE-MG, 2005).

Contudo, essa ação passou por diversas reformulações no estado de Minas Gerais ao longo dos anos, em especial nas trocas de governos, levando-nos a pensar que a Educação Integral é ainda uma política de governo e não uma política pública. Em 2009, o programa passou a ser denominado como “Escola de Tempo Integral”, com a missão de manter os

estudantes mais tempo na escola com atividades diferenciadas. Já nos anos 2012/2013, o programa foi reconhecido como “Educação em Tempo Integral”, concebido para a garantia e o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural, vindo a se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.

Em 2017, foi dada a nomenclatura ao programa de Ensino Médio em Tempo Integral-EMTI, com foco na oferta e na ampliação da jornada escolar, além da formação integral e integrada do estudante do Ensino Médio. Em 2020/2021, devido ao contexto pandêmico, foi criado o Regime Especial de Atividades Não Presenciais /Ensino Médio em Tempo Integral-EMTI (REANP)¹, com a proposta de potencializar a construção do projeto de vida dos estudantes do Ensino Médio.

Quando se fala de Educação Integral, pressupõem-se inclusive metodologias diferenciadas com visitação a espaços extramuros. A princípio, é preciso delimitar Educação Formal e Educação Não Formal: Educação Formal é aquela desenvolvida nas escolas, dos currículos fixos e inflexíveis, das suas normas e normatizações. Já a Educação Não Formal é designada por Gohn (2016, p.60) como um processo com diferentes dimensões, como:

(...)aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltados para a solução de problemas coletivos cotidianos.

A Educação Não Formal está intimamente ligada à Educação Integral, já que sua lógica é alicerçada no espaço e tempo, pelo fato “de não ter um curriculum definido a priori”, Gohn (2016, p.60).

Tempo e espaço da escola foram temas que provocaram muitos debates ao longo da história da educação brasileira, em especial com a chegada dos outros estudantes em quantidade considerável, o que desencadeou os turnos nas instituições escolares para a acomodação deles, diminuindo os espaços para a oferta de uma Educação Integral. A busca pelo aumento da jornada escolar estava vinculada à construção de oportunidades para que os estudantes

¹REANP mediante o afastamento social necessário para contenção da COVID-19, a Secretaria de Estado de Minas Gerais – SEE institucionalizou Regime Especial de Atividades Não Presenciais – Fonte: <https://srenovaera.educacao.mg.gov.br/2-uncategorised/697-reanp-regime-especial-de-atividades-nao-presenciais>, acesso dia 18/04/2021.

pudessem se desenvolver na sua inteireza, garantindo assim aos estudantes aprendizagem e o desenvolvimento pleno (FELÍCIO, 2011).

Assim como Cavaliere (2009) defende o trabalho em rede, considerando que a escola sozinha não consegue assumir a Educação Integral, TRILLA (2008) com Felício (2011) e Gohn (2016) oferecem um leque de possibilidades educativas de educação integral nos espaços não formais de educação quando trazem reflexões acerca da importância da compreensão do potencial educativo que existe nos espaços não formais.

Longe de desejar diminuir a importância dos espaços formais para o processo educativo, ao contrário, concordamos com Gohn (2016), tanto a Educação Formal como a Educação Não Formal podem ser grandes potências quando o professor consegue realizar a aproximação entre elas.

MÉTODOS

Neste momento, cumpre-nos ressaltar que o contato com este histórico mineiro da Educação Integral, o contexto atual de implantação do REANP, oportunizou-nos desenharmos questões do presente estudo, entre elas: qual a política de Ensino Médio em Tempo Integral do estado de Minas Gerais? Quais são as aproximações e lacunas pedagógicas com a Educação Não Formal? Essas propostas fundamentam-se em quais concepções de educação integral?

Como referencial analítico, será utilizada a abordagem do Ciclo de Políticas de Parente(2018), Educação Não Formal (GONH, 2016; MARANDINO, 2003; OVIGLI, 2011), Educação e Desenvolvimento Integral (FELÍCIO, 2011; GUARÁ, 2009). Em termos metodológicos, realizamos uma pesquisa documental exploratória dos PETs do Ensino Médio em Tempo Integral, do ano de 2020.

No que tange ao procedimento para interpretação e análise dos documentos, recorreremos à metodologia de Análise Exploratória (GIL, 2017), justificando-se pelo estudo inicial acerca da “Educação Não Formal na Educação Integral na escola de Tempo Integral”, considerando que os dados nos fazem um convite para o mergulho nesta temática, na percepção de discentes da disciplina e estudos propostos e também de servidores que atuam na rede estadual de Minas Gerais a qual faz parte o recorte do estudo, com o objetivo de construir um itinerário que possa abarcar implicações, lacunas e possibilidades dessa área de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que possamos alcançar nosso objetivo, analisar os PET's e seus possíveis alinhamentos com a Educação Não Formal, mais especificamente os museus, é necessário entender a política atual do estado de Minas Gerais, sendo necessário realizar pesquisas bibliográficas acerca da historicidade que desenhou a implantação da Política Estadual de Educação Integral, considerando os seus efeitos e contornos específicos.

Para se verificarem os alinhamentos presentes, ou não, com a Educação Não Formal, mais especificamente os museus, foram analisados os PET's do Ensino Médio em Tempo Integral disponibilizados no ano de 2020 pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG).

Conforme consta nos documentos orientadores, a adesão da Secretaria de Estado de Minas Gerais ao Programa de fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) foi estabelecida pela Portaria MEC nº 727, de 13 de junho de 2017, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.227, de 2 de agosto de 2017. Nessa proposta, tendo como foco a formação integral humana e crítica que apresenta na sua grade curricular componentes como projeto de vida, empreendedorismo e estudos orientados, foi estendida a carga horária diária do aluno, ficando na escola das 7h até as 16h35min.

As Diretrizes Pedagógicas e Operacionais do Programa do Ensino Médio em Tempo Integral nas dimensões pedagógicas e de gestão foram incorporadas em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação- ICE² na implementação do modelo da escola da escolha, e suas inovações em conteúdo, método e gestão.

A implantação do Programa foi gradativa, conforme consulta ao documento orientador (SEE-MG, 2021), considerando que, em 2019, foi implantado em 71 escolas do estado de Minas Gerais. Segundo o documento orientador, o Governo de Minas Gerais, entendendo os benefícios da educação de tempo integral no Ensino Médio, expandiu o Programa para mais 210 escolas, totalizando 281 unidades escolares para 2020. Dessas, 43 ofertaram Ensino Médio em Integral Profissional. Dada a amplitude, complexidade e relevância da pauta, a SEE/MG

20 Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE é uma entidade privada sem fins econômicos fundada em São Paulo em 1994 e mantida com o apoio de empresas privadas e parcerias com governos estaduais e municipais. Sua missão é contribuir para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem nas escolas da rede pública, notadamente no Ensino Fundamental, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Fonte: <https://icebrasil.org.br/parcerias/ acesso> dia 18/04/2021.

angariou novos parceiros para o ano de 2020, com expertises diversas para agregar qualidade à consecução da proposta (SEE, MG, 2021).

Num momento tão peculiar vivenciado por toda a comunidade escolar, mediante o afastamento social necessário para contenção da COVID-19, a Secretaria de Estado de Minas Gerais – SEE institucionalizou o Regime Especial de Atividades Não Presenciais - REANP, por meio da Resolução SEE nº 4310/2020 (SEE-MG, 2020).

Segundo os documentos orientadores (SEE-MG, 2020), os Planos de Estudos Tutorados – PETs foram confeccionados excepcionalmente devido à pandemia em parceria entre a SEE/MG, UNDIME e professores da rede pública, visando à manutenção do processo ensino e aprendizagem e da rotina de estudo dos estudantes, buscando minimizar as desigualdades educacionais e o distanciamento com o saber escolar durante esse período de isolamento (SEE-MG, 2020).

Conforme consulta e registros do documento, consta que o Plano foi pensado para maior aproximação e socialização dos estudantes com o conhecimento, sendo criadas três frentes de disponibilização dos conteúdos com diferentes ferramentas para interação com os componentes curriculares, bem como estratégias de comunicação remota entre professores e alunos. São elas:

- (i) o PET disponibilizado em 2020, consistindo em apostilas mensais que agregam um conjunto de atividades e orientação de estudos, considerando as habilidades e objetos de aprendizagem de cada ano de escolaridade (1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio) de cada componente curricular, e respeitando a carga horária mensal ofertada ao estudante. Seu conteúdo foi construído de acordo com o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- (ii) o programa “Se Liga na Educação” transmitido pela Rede Minas, de segunda a sexta-feira, das 7h às 12h30. Às sextas-feiras, destinadas ao ENEM.
- (iii) o aplicativo para celular Conexão Escola, mais uma forma de acesso ao PET e às aulas da Rede Minas (<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>);

A Secretaria de Estado de Minas Gerais, segundo aponta no próprio documento orientador, está à frente de um desafio nas escolas de Educação em Tempo Integral para organizarem nesse contexto e novo formato de distanciamento social a implementação da

política para o ensino e modalidade, sendo eles divididos entre: Ensino Fundamental em Tempo Integral (EFTI) e Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI).

Interessa-nos entender a organização e política do EMTI, já que faz parte do recorte desse estudo. O EMTI foi organizado por meio de dois percursos: propedêutico e profissional. Segundo as normas do documento, é recomendado o alinhamento entre gestores, especialistas e coordenadores a fim de apoiar os professores no planejamento e na produção. Atentamos para que todos os eixos formativos das matrizes sejam trabalhados de forma integrada, de modo que o estudante seja visualizado como sujeito de um percurso escolar único, composto por várias dimensões.

Analisando os PET's, observamos que foram disponibilizados ao longo do ano de 2020 sete volumes. Foram analisados os sete volumes de cada um dos anos de escolaridade do Ensino Médio e buscaram-se atividades que, mesmo em regime não presencial, instigassem o aluno a visitar museus e espaços virtuais.

Dessa maneira, os museus virtuais se configuram enquanto possibilidades e desafios, como apresenta a autora Folador (2021), após uma vasta pesquisa no âmbito da literatura acerca dessa temática. Para Folador (2021, n.p), os museus virtuais ganham destaque e importância enquanto ferramenta ou recurso pedagógico, podendo também assumir desafios frente à “necessidade de incluir práticas de acessibilidade e ampliação nos museus virtuais”.

Os museus virtuais podem ser compreendidos como um recurso pedagógico disponível na internet, devendo assumir características que assumam a interação de envolvimento com os visitantes e com o próprio conhecimento (FOLADOR, 2021).

Como achados, tivemos o observado na Tabela 1 – PET com atividade propositiva considerando outros espaços virtuais, como por exemplo, os museus.

Tabela 1 – PET com atividade propositiva considerando outros espaços virtuais, como por exemplo, os museus

PET/ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO
PET – 01	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
PET – 02	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
PET – 03	AUSENTE	PRESENTE	AUSENTE
PET – 04	PRESENTE	AUSENTE	AUSENTE
PET – 05	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
PET – 06	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
PET – 07	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE

Fonte: Dos autores (2021)

Como apontado na Tabela 1, percebemos que na turma do segundo ano, a relação com museus virtuais aparece no componente curricular de Artes, conforme aponta a Imagem 1- Componente curricular e habilidades trabalhadas com a relação de museus virtuais na turma do segundo médio.

Imagem 1- Componente curricular e habilidades trabalhadas com a relação de museus virtuais na turma do segundo médio.

SEMANAS 3 e 4	
Tema:	Conhecer.
OBJETO DE CONHECIMENTO:	A diversidade dos saberes.
HABILIDADE(S):	1. Distinguir e relacionar filosofia, religião, técnica, arte e ciência. 2. Distinguir e relacionar: conhecimento empírico e conhecimento inteligível; racionalidade e crença; opinião e ciência.
CONTEÚDOS RELACIONADOS:	ARTES.
INTERDISCIPLINARIDADE:	Os conteúdos, conceitos e processos tratados nas habilidades acima serão retomados ao longo do ano nos componentes curriculares Geografia, História e Sociologia através de perspectivas específicas dessas áreas.

Fonte:

https://drive.google.com/file/d/1ORC8rMQnKgRagU5nvSKUxCD2Qzn_fCeG/view

Na Imagem 2- Atividade proposta envolvendo museu virtual na turma do segundo médio, podemos perceber que essa unidade, por mais que cite museus virtuais, não traz por exemplo links de acesso e sugestões a esses espaços. Percebemos uma aproximação parcial da proposta estampada nos PETs com a Educação Não Formal, visto que a atividade proposta para os estudantes, além das referências que os documentos trazem acerca dos museus virtuais, também propõem a redação de um texto.

Imagem 2- Atividade proposta envolvendo museu virtual na turma do segundo médio

- 1 – Explique a origem da Estética.
- 2 – De acordo com Kant como o artista é compreendido?
- 3 – Quais pensadores destacaram –se na Universidade de Frankfurt? Qual a crítica deles quanto ao capitalismo?
- 4 – Como os pensadores usaram a união da Filosofia e da Arte na Estética?
- 5 – Quais tipos de artes você tem feito ou visto nesse período de isolamento?
- 6 – Nesse período de isolamento as ARTES seja pela música, pelos livros ou por visitas virtuais a museus tem sido a companhia diária de todos. Escreva uma dissertação explicando o uso das Artes nesse momento e o quanto influencia as nossas vidas.

Fonte:

https://drive.google.com/file/d/1ORC8rMQnKgRagU5nvSKUxCD2Qzn_fCeG/view

Concordamos com Ovigli (2011), quando ressalta a importância dos museus, em especial os museus de ciências enquanto locus formativo e cultural para a prática do ensino de ciências para a promoção de sujeitos reflexivos e críticos da realidade na qual estão inseridos. Nesse rico cenário educativo, é importante ressaltar o quanto seria mais rico se, antes da elaboração, o aluno pudesse realizar a visita a alguns espaços sugeridos pelo próprio PET, visto que, por vezes, tampouco o professor sabe da existência desses espaços.

Sem desejarmos esgotar a temática aqui, as possíveis lacunas entre a Educação Formal com a Educação Não Formal perpassam também pela formação docente, que nem sempre é contemplada na formação inicial, quiçá continuada. Portanto, há a emergência também em trazer essa discussão para o campo das universidades, para o campo das formações, como pontua (MARANDINO, 2003). Percebemos que há uma incipiência de possibilidades trazidas nos PETs enquanto espaços e oportunidades de produções científicas.

Como apontado na Tabela 1, percebemos que na turma do primeiro ano a relação com museus virtuais aparece no componente curricular de Artes, conforme aponta a Imagem 3- Componente curricular e habilidades trabalhadas com a relação de museus virtuais na turma do primeiro médio.

Imagem 3- Componente curricular e habilidades trabalhadas com a relação de museus virtuais na turma do segundo médio.

SEMANA 4	
UNIDADE(S) TEMÁTICA(S):	Conhecimento e Expressão em Artes Visuais.
OBJETOS DE CONHECIMENTO:	<ul style="list-style-type: none"> – Artes visuais no ocidente ao longo dos tempos. – Concepções de Arte. – Apreciação e crítica de arte.
HABILIDADE(S):	7.1.3. Reconhecer os elementos estruturais e composicionais das obras de artes visuais. 7.1.4. Usar e relacionar adequadamente os elementos estruturais e composicionais das obras de artes visuais. 18.1.1. Saber relacionar imagens e textos correspondentes aos diversos períodos da produção artística, bem como destes em relação à arte contemporânea. 18.1.2. Saber agrupar obras de artes visuais de acordo com suas características estéticas e formais. 19.1.1. Identificar a relação entre cor, forma e composição nas obras de arte locais e regionais.
INTERDISCIPLINARIDADE:	História.

Fonte:

https://drive.google.com/file/d/1ORC8rMQnKgRagU5nvSKUxCD2Qzn_fCeG/view

Na Imagem 4, a seguir, há detalhes importantes.

Imagem 4- Atividade proposta envolvendo museu virtual na turma do primeiro médio

Mostre que você aprendeu e responda.

- 1 – Agora que vocês já conheceram o Museu do Inhotim de forma virtual. Escreva com suas palavras sobre a importância dele para a Arte Contemporânea Brasileira. Na produção do texto procure apresentar sua opinião e como você entendeu as características do Museu. Se caso você já visitou, ou já ouviu dizer de alguém que já visitou fique a vontade para compartilhar conosco seus conhecimentos.

Fonte:

https://drive.google.com/file/d/1ORC8rMQnKgRagU5nvSKUxCD2Qzn_fCeG/view

Durante o PET do primeiro ano, um fato muito interessante é que se realiza de maneira escolarizada a “visitação” ao museu do Inhotim. Na atividade, pudemos observar que o próprio autor acaba por desprezar a visita virtual em virtude da presencial, já que aponta que “caso você já visitou ou já ouvir dizer de alguém que já visitou”.

Outro fato que nos chamou a atenção, conforme a publicação da própria Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, veiculada nas mídias e site oficial, no dia 1º de abril de 2021(www.educacao.mg.gov.br), foi a mesma organização dos PETs para a três modalidades de ensino: Ensino Regular, Ensino em Tempo Integral e Educação de Jovens e Adultos, considerando como base, a área da Língua Portuguesa, considerando que a carga horária da Língua Portuguesa no Ensino Médio em Tempo Integral são de 6 aulas, e no ensino regular diurno a carga horária de Língua Portuguesa é composta por 4 aulas, e no ensino regular noturno e também na modalidade da Educação Jovens e Adultos a carga horária é formada por 3 aulas, contrariando concepções e pesquisas que defendem uma Educação Integral que respeite os seus diferentes contextos, sentidos e significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise nos permitiu tecer algumas considerações a partir da análise dos PETs do Ensino da Educação Integral, indicando por sua vez a intencionalidade de apresentar a proposta de estudo para além dos muros da escola, mesmo que de forma tímida, porém percebemos um longo caminho de apropriação e entendimento dos museus por parte de políticas públicas e de profissionais para privilegiarem o museu como um rico espaço científico, cultural e educativo.

Não temos a pretensão de negar ou diminuir a importância da Educação Formal, ao contrário, temos consciência que a Educação Formal de forma solitária não consegue acompanhar a diversidade cultural, científica e educativa que o mundo apresenta. Nessa perspectiva, indicamos a necessidade do diálogo e o fortalecimento das políticas públicas, professores e universidades para a importância da Educação Não Formal enquanto locus de alfabetização científica, que reserva um potencial educativo carregado de sentidos e significados, tornando o processo de aprendizagem reflexivo e formativo (OVIGLI,2011).

Desse modo, frente a essas lacunas, torna-se fundamental a corresponsabilização da atuação das políticas públicas com museus, universidades, profissionais docentes, com vistas a compartilhar a responsabilidade da divulgação científica para além dos muros escolares, de forma a integralizar experiências educativas a partir do fortalecimento e de valorização da Educação Não Formal pela Educação Formal, como forma de potencializar o processo educativo.

O contexto pandêmico e o esforço das políticas públicas com a tentativa de alcançar os estudantes com os PETs reforçaram ainda mais que o processo educativo não está apenas dentro dos muros escolares. Apesar da importância da Educação Não Formal não ser um assunto recente, houve poucos avanços com relação a sua apropriação e atuação.

E nesse momento tão delicado que o mundo vivencia de pandemia, de distanciamento social, de escolas fechadas, nunca se falou tanto da ciência, estatísticas, relações sociais, o cuidado para com o outro, generosidade e empatia como alicerces para o enfrentamento desse grande desafio pelo qual o mundo passa.

Entendemos que a Educação Integral isolada com a Educação Formal está fadada ao fracasso. A proposição de políticas dialogadas com o coletivo, de forma a alcançar todos os estudantes, com “nenhum a menos”, de diferentes formas e espaços, faz-se necessária para a produção do conhecimento mediado pela Educação Formal na sua relação com o Universo.

Nesse cenário, é urgente pensarmos numa Educação Integral para além dos muros escolares, que possa expressar objetivos claros na busca de contemplar o direito de todos os estudantes em “aprender a aprender”, de acessar outras tantas oportunidades educativas diversificadas de múltiplas linguagens, recursos, espaços e saberes.

REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Campinas: **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, out. 2007.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. **Em aberto**, v. 21, n. 80, 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2418/2157> Acesso em: 11 abril. 2021.

FELICIO, Helena Maria dos Santos. A Instituição Formal e a Não Formal na Construção do Currículo de uma Escola de Tempo Integral. **Educação em Revista**. Belo Horizonte MG, p.163-182, dez,2011.

FOLADOR, Heloisa de Faria. **Museus Virtuais de Ciências**: possibilidades e desafios para a divulgação científica. Dissertação Mestrado em Educação. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba-MG, 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**.4. Ed.. SãoPaulo: Atlas,2017.

GIOLO, J. Educação de Tempo integral: resgatando elementos históricos conceituais para o debate. In: MOLL, J. (Org). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 94-105.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal nas instituições sociais. **Revista Pedagógica** v.18, n.39, Set./Dez.2016.

GUARÁ, Isa Maria. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.21i80.2221>.

MARANDINO, Martha. A formação inicial de professores e os museus de Ciências. In: SELLES, Sandra E.; FERREIRA, Márcia S. (Org.) **Formação docente em Ciências**: memórias e práticas. Rio de Janeiro: EdUFF, 2003, p. 59–76.

MINAS GERAIS, SEE. **Projeto Escola Viva**, Comunidade Ativa – Apoio às Escolas Públicas Situadas em Áreas de Risco Social. 2003.

MINAS GERAIS, SEE. **Projeto Aluno de Tempo Integral**. Belo Horizonte, 2005.

MINAS GERAIS, SEE. **Cartilha do Projeto Escola de Tempo Integral**. Belo Horizonte, 2009.

MINAS GERAIS, SEE. **Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral**. Belo Horizonte, 2012.

MINAS GERAIS, SEE. **Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral**. Belo Horizonte, 2013.

MINAS GERAIS, SEE. **Documento Orientador REANP-EMTI**, Belo Horizonte, 2021.

OVIGLI, Daniel Fernando Bovolenta. Prática de ensino de ciências: o museu como espaço formativo. **Rev. Ensaio** | Belo Horizonte | v.13 | n.03 | p.133-149 | set-dez | 2011.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Turnos escolares: contexto internacional e o caso brasileiro. **Rev. Tempos Espaços Educ.** v.13, n. 32, e-12962, jan./dez.2020
<http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v13i32.12962>. Acesso em: 18 Abr. 2021.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Políticas de Educação Integral em Tempo Integral à Luz da Análise do Ciclo da Política Pública. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 415-434, Jun. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/edreal/a/GwR4qsVvThyBqcpQfCm3Qhm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abril. 2021.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. Construindo uma Tipologia das Políticas de Educação Integral em Tempo Integral. **Roteiro**, v. 41, n. 3, p. 563-586, 2016. Disponível em:
<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/1060>. Acesso em: 11 Abr. 2021.

TRILLA, Jaume; GHANEM, Elie; ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Educação formal e não formal: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2008.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Didática: uma retrospectiva histórica. **Repensando a didática**. 25. ed. Campinas: Papirus, 2007.